

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**CARLA JANAÍNA SALVADOR**

**EDUCAÇÃO POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL**

**ARAPUÃ  
2016**

**CARLA JANAÍNA SALVADOR**

**EDUCAÇÃO POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL**

Artigo apresentado à Prof.<sup>a</sup> Dra. Andréa Barbosa Gouveia, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, tendo como orientador de conteúdo o Prof. Me Célio Rodrigues Leite.

**ARAPUÃ**  
**2016**

## EDUCAÇÃO POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

**CARLA JANAÍNA SALVADOR**

### RESUMO

Este artigo aborda a temática da educação pobreza e desigualdade social na qual são elementos cada vez mais presentes no cotidiano das grandes cidades brasileiras. Tendo como questão norteadora o papel da educação no contexto das políticas de combate à pobreza e desigualdade social no Brasil, objetivou-se ainda analisar as políticas de combate à pobreza no Brasil de uma forma mais ampla, para em seguida, delimitar as características da desigualdade social e demonstrar as concepções e diretrizes que a educação pode acarretar nisto, e evidenciar aspectos positivos e negativos que se apresentam para a sua eficácia no contexto da atual conjuntura da economia política brasileira nos dias atuais. Este fenômeno tem se caracterizado desde os grandes centros urbanos até as comunidades mais distantes, que são capazes de congrega, em uma mesma localidade, diferentes grupos sociais com interesses econômicos, políticos e sociais antagônicos. Atualmente o conceito de pobreza e desigualdade social vincula-se em primeira instância a desigualdade econômica dada pela distribuição desigual de renda, mas têm se que compreender que em torno da pobreza e desigualdade social está a desigualdade de oportunidade, desigualdade de escolaridade, desigualdade de gênero e desigualdade de cultura. Este artigo baseou-se na pesquisa bibliográfica que buscou informações para a análise de dados principalmente no censo do IBGE para analisar qual impacto a educação teve nestes últimos anos sobre a pobreza e a desigualdade social a qual são elementos cada vez mais instigantes e presentes em torno da sociedade atual, com as mudanças que ocorrem cada vez mais em e maior velocidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza; desigualdade; educação.

### INTRODUÇÃO

A desigualdade social e pobreza são elementos cada vez mais presentes no cotidiano das grandes cidades brasileiras. Este fenômeno tem se caracterizado desde os grandes centros urbanos até as comunidades mais distantes, que são capazes de congrega, em uma mesma localidade, diferentes grupos sociais com interesses econômicos, políticos e sociais antagônicos (GUZZO, 2005).

Atualmente o conceito de pobreza e desigualdade social vincula-se em primeira instância a desigualdade econômica dada pela distribuição desigual de renda, mas têm se que compreender que em torno da pobreza e desigualdade social está a desigualdade de oportunidade, de escolaridade, gênero, cultura.

A desigualdade tende a se acumular. Os que vem de família modesta têm, em média, menos probabilidade de obter um nível alto de instrução. Os que possuem baixo nível de escolaridade tem menos probabilidade de chegar a um status social elevado de exercer

profissão de prestígio e ser bem remunerado. Assim também se acredita que por meio de uma educação democrática, pode-se combater ou reduzir a pobreza e a desigualdade social no Brasil.

Partindo da concepção de que a sociedade capitalista se estrutura a partir das relações de produção, orientadas pelo capital, a relação entre os indicadores educacionais e a desigualdade de renda deve ser prioridade em uma análise acerca da desigualdade social e os níveis educacionais da população. Desta forma o sistema educacional assume, portanto, um papel fundamental na manutenção da alienação e da divisão social do trabalho, na medida em que as escolas têm se configurado como um espaço estratégico de convivência social, pautada pela reprodução da dinâmica da sociedade capitalista.

Segundo GUZZO (2005), o sistema educacional constituiu-se a partir do momento em que a sociedade se estruturou em classes sociais antagônicas, com o fim da chamada sociedade primitiva. Os interesses e as necessidades da classe social dominante passaram a delimitar o campo da educação na medida em que passou a servir para a dominação social de poucos sobre muitos. O referido autor, ao analisar a gênese da escola, entende que esta instituição surgiu a partir do fato de que a dominação militar e política não surtiram mais os efeitos desejados em uma sociedade, que se tornava cada vez mais complexa e multifacetada. Sendo assim, a necessidade de se construir um aparato de dominação ideológica e intelectual encontrou, na escola e no sistema educacional em geral, seu ponto de apoio.

Neste sentido, desigualdade social e sistema educacional são dois elementos que encontram raízes no próprio processo produtivo e que, dessa forma, não podem ser analisadas fora do bojo da sociedade capitalista, assim esse trabalho tem o objetivo de analisar em diversas esferas o papel da educação na luta contra a desigualdade social e pobreza que hoje encontra-se tão evidente em nosso país.

Quando desigualdade social e pobreza, se referem ao contexto das políticas educacionais, não é unanimidade entre as pessoas, ganhando espaço de acordo com a concepção que se adota sobre o assunto, a função das instituições educacionais e suas potencialidades. Afinal, se consideram que o Estado não tem responsabilidade sobre a Educação e que, sua finalidade deve ser mercantilista e de preparação para o mercado, não caberia aqui a utilização deste termo. Neste sentido, a compreensão do quadro atual remete, portanto, a uma leitura referenciada por determinada opção ético - política.

Segundo FREIRE (1973), a Educação pode dirigir-se a dois caminhos: para contribuir para o processo de emancipação humana, ou para domesticar e ensinar a ser passivo diante da realidade que está posta. Assim, a educação deve também ter agentes que se

posicionem diante da realidade, que optem pela construção de um saber comprometido com a maioria popular, ou que fiquem alheios a essas questões e contribuam para a manutenção das desigualdades. A opção majoritária das instituições educacionais parece seguir claramente os padrões neoliberais e apresenta, portanto, uma dependência em relação às demandas do mercado de trabalho, o que coaduna com um processo educativo fragmentado da realidade, com sentido, apenas, para ser aplicado à lógica dominante, geradora da passividade e da submissão aos valores consumistas, mas que se apresenta, por outro lado, com um discurso "humanista" e "democrático" da escola cidadã.

Cabe, neste momento, refletir sobre a finalidade da educação para entender quais são seus limites e quais as possibilidades de se utilizá-la como ferramenta com vistas ao processo de auxiliar no combate à pobreza e a desigualdade social. Antes, é necessário compreender a natureza da Educação para não cair em um superdimensionamento do papel que ela pode exercer em um processo de transformação social.

Dessa forma, o sistema educacional subordina-se ao processo de trabalho, não é necessário ressaltar os limites da ação educativa, que se inscreve na ação sobre a consciência. Neste sentido, fica evidente a função ideológica exercida pela Educação na manutenção do sistema de relações de produção capitalista.

O papel que as instituições educacionais assumem hoje corresponde ao desenvolvimento das forças produtivas, decorrentes do advento do capitalismo. Assim, quanto mais cristalizadas as relações de trabalho, mais complexo torna-se a transformação das instituições educacionais em espaços de resistência, que produzem uma ideologia contra hegemônica, não individualista, desnaturalizadora e transformadora (TONET, 2005).

Para uma transformação social na educação, é preciso que se considere a posição dos educadores, funcionários, alunos e suas famílias na estrutura produtiva. Essa concepção parte de uma análise sobre a emancipação humana que, compreendida a partir da transformação das relações de produção capitalistas, atenta para a tarefa histórica da classe trabalhadora na construção de uma alternativa ao sistema social vigente.

A contribuição da Educação, neste sentido, é de trazer um olhar crítico sobre a sociedade capitalista, analisando-a como um sistema de classes, na busca de fomentar uma consciência acerca do papel político e econômico que a maioria da população exerce nesta sociedade. Isso corresponde a uma compreensão em que não se distingue teoria e prática, Educação e sociedade, e que, considera perfeitamente factível estabelecer uma relação entre a situação objetiva dos segmentos oprimidos da população, e a consciência sobre as necessidades e sobre as tarefas futuras da classe trabalhadora.

Podemos considerar, portanto, a proposta de Educação, como uma proposta que deve ser incluída no contexto mais amplo da luta da classe trabalhadora, mas que pretende abrir espaços de diálogo acerca das contradições expostas pelo capitalismo, voltados para o avanço da consciência de professores, alunos e comunidade, em uma proposta que dê conta de refletir sobre as necessidades inscritas na vida das camadas populares, tendo como norte, a desnaturalização da desigualdade social.

Assim a Educação deve uma proposta que respeita os limites e as possibilidades inscritas pela realidade concreta. Dessa forma, ela assume o papel de fomentar a consciência crítica de professores e estudantes, para que se possa intervir mais qualificadamente na realidade e nas questões sociais voltadas, em princípio, para a melhoria das condições de vida dos segmentos menos abastados da população.

Segundo TONET (2005), o professor ocupa um papel estratégico no processo de construção de uma Educação emancipadora. Vale ressaltar, no entanto, que os agentes educacionais, ao mesmo tempo em que são responsáveis por uma mudança nos rumos da Educação, também são vítimas da própria dinâmica capitalista e da precarização do ensino público. Mesmo assim, a situação desgastante em que a classe docente se encontra, especialmente no caso de professores da rede pública, não impede que a elaboração de alternativas para a prática docente seja efetivada, com vistas a uma Educação emancipadora.

Não se trata de uma valorização excessiva do papel do professor no processo de transformação social, trata-se de instigar algumas ações e posicionamentos para a realização de uma prática pedagógica progressista, analisada para além da condição técnica do professor e compreendida a partir de um posicionamento ético-político.

O fundamental a ser destacado neste momento, é que existem brechas na atividade docente que possibilitam a construção de um processo crítico do conhecimento da realidade. Para tanto, a atuação política e pedagógica pressupõe, portanto, a tomada de consciência dos próprios agentes educacionais acerca do papel que eles exercem nesta sociedade e das condições atuais de trabalho docente, especialmente aqueles que se inserem na rede pública.

Neste sentido, o trabalho progressista dos professores não encontra seus limites nas paredes de uma sala de aula, pelo contrário, inicia-se pelas relações com os alunos e se estende pela mobilização acerca de melhores condições de atuação profissional. Isto inclui um diálogo voltado para uma reflexão em torno do impacto que esta dinâmica social exerce na atuação docente, da necessidade de mobilização e organização dos docentes nas críticas às reformas neoliberais e à própria resistência às mudanças - fator característico da nossa

sociedade -, na melhoria das suas condições de trabalho e de planos de carreiras mais consistentes e bem remunerados (FREIRE, 2001; 2003).

A educação, no entanto, não é tarefa apenas de professores. Ela se constitui em um processo coletivo que assume como norte, a reflexão acerca da necessidade e da possibilidade de a população oprimida despertar para as tarefas necessárias para a modificação da estrutura social vigente. A proposta de Educação Emancipadora, engloba alunos, professores ou quaisquer outras pessoas que optem pela transformação social, que entendam a sociedade sob a perspectiva das tensões expressas pela desigualdade social.

## **MÉTODOS**

O presente artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica a qual é definida por Carvalho (2016) como:

A pesquisa bibliográfica é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema apontado. Essa pesquisa auxilia na escolha de um método mais apropriado, assim como num conhecimento das variáveis e na autenticidade da pesquisa.

Sendo assim buscou-se um embasamento teórico em livros, revistas, artigos e sites da internet com a leitura previa dos mesmos com documentos escritos entre os anos de 1973 a 2016 ressaltando entre os principais autores CARVALHO, GUZZO E FREIRE.

Em primeira instância faz se necessário uma elaboração de algumas questões sobre a relação entre Educação, pobreza e desigualdade social por meio de pesquisa em documentos ao qual referem-se e amparam o mesmo, pesquisando e observando banco de dados existentes como: Currículo, Projeto Político Pedagógico, regimento, proposta pedagógica curricular.

Para a elaboração dos resultados e discussões foram realizadas pesquisas bibliográficas no site do último censo demográfico brasileiro de 2010 no qual foram avaliados dados relevantes sobre a educação, a pobreza e a desigualdade social no Brasil.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os dados analisados nesta pesquisa são retirados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que:

Em 2010, o IBGE realizou o XII Censo Demográfico, que se constituiu no grande retrato em extensão e profundidade da população brasileira e das suas características socioeconômicas e, ao mesmo tempo, na base sobre a qual deverá se assentar todo o planejamento público e privado da próxima década.

O Censo 2010 é um retrato de corpo inteiro do país com o perfil da população e as características de seus domicílios, ou seja, ele nos diz como somos, onde estamos e como vivemos.

A fase preparatória da operação censitária teve início em 2007 e seus trabalhos foram intensificados a partir de 2008. A coleta teve início em 1º de agosto de 2010, durando 3 meses. E os primeiros resultados foram divulgados em dezembro do mesmo ano. (IBGE, 2016)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 30/08/2016, a estimativa da população brasileira é de 206.363.818 habitantes.

Aprofundando seriamente na temática do artigo o IBGE diz que a educação brasileira:

Educação é mais um dos temas investigados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. A investigação deste tema capta anualmente um conjunto de características sobre a escolarização alcançada pela população e, em especial, sobre os estudantes, o que permite acompanhar ao longo do tempo a situação do analfabetismo e da escolarização no País, assim como do nível de educação da população.

No período de 2007 a 2014 foi mantida a tendência de declínio das taxas de analfabetismo e de crescimento da taxa de escolarização do grupo etário de 6 a 14 anos e do nível de educação da população. O diferencial por sexo persistiu em favor da população feminina.

O nível de instrução cresceu de 2007 para 2014, sendo que o grupo de pessoas com pelo menos 11 anos de estudo, na população de 25 anos ou mais de idade, passou de 33,6% para 42,5%. O nível de instrução feminino manteve-se mais elevado que o masculino. Em 2014, no contingente de 25 anos ou mais de idade, a parcela com pelo menos 11 anos de estudo representava 40,3%, para os homens e 44,5%, para as mulheres.

Abaixo segue a Tabela 1 onde indica a distribuição da população brasileira de 25 anos ou mais de idade dividida por grupos de anos de estudos calculados em percentuais no período de 2007 a 2014.

Tabela 1 – Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo – Brasil – 2007/2014.

Grupos de anos de estudo	2007	2014
Sem instrução e menos de 1 ano	13,7	11,7
1 a 3 anos	12,8	9,6
4 a 7 anos	25,9	22,3
8 a 10 anos	13,8	13,8
11 a 14 anos	24,7	30,1
15 anos ou mais	8,9	12,4
Não determinados	0,2	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Percebe-se na tabela 1 que as pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo de 2007 para 2014 diminuiu o percentual, já as pessoas de 1 a 3 anos de estudos de 12,8% diminuiu para 9,6%, de 4 a 7 anos de estudo diminuiu de 25,9% para 22,3%, de 8 a 10 anos de estudo se manteve no mesmo percentual de 11 a 14 anos de estudo o percentual se elevou de 24,7 % para 30,1% e para quem possui 15 anos ou mais de estudo o percentual aumento para 12,4% de 8,9%, mas ainda assim é um percentual muito baixo.

Tabela 2 – Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de anos de estudo – Brasil – 2014.

Grupos de anos de estudo	Total	Homens	Mulheres
Sem instrução e menos de 1 ano	11,7	12,1	11,3
1 a 3 anos	9,6	10,0	9,2
4 a 7 anos	22,3	23,2	21,5
8 a 10 anos	13,8	14,5	13,3
11 a 14 anos	30,1	29,2	30,9
15 anos ou mais	12,4	11,1	13,6
Não determinados	0,1	0,1	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Percebe-se na tabela 2 das pessoas de 25 anos ou mais que na definição por gênero no ano de 2014 em todas as faixas pesquisadas de anos de estudos os homens possuem menos anos de estudos que as mulheres.

Tabela 3 – Taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos de idade, por sexo, – Brasil – 2007/2014.

**Taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos de idade, por sexo - Brasil - 2007/2014.**

	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Total	97,0	97,5	97,6	98,2	98,3	98,4	98,5
Homens	96,8	97,3	97,4	98,1	98,2	98,2	98,4
Mulheres	97,2	97,7	97,8	98,3	98,3	98,7	98,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Na tabela 3, entre os anos de 2007 e 2014 nota-se um pequeno aumento a taxa de escolarização das pessoas entre 6 e 14 anos também prevalecendo as mulheres a frente dos homens.

**Tabela 4 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 a 14 anos de idade, por sexo – Brasil – 2007/2014.**

**Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 a 14 anos de idade, por sexo - Brasil - 2007/2014.**

Por sexo	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Total	3,1	2,8	2,5	1,9	1,8	1,7	1,8
Homens	4,3	3,8	3,3	2,4	2,4	2,3	2,4
Mulheres	2,0	1,8	1,6	1,4	1,2	1,0	1,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Percebe-se na tabela 4, entre os anos de 2007 e 2014, que a taxa de analfabetismo das pessoas entre 10 e 14 anos teve uma redução significativa para os percentuais indicados no qual também se nota as mulheres com um percentual menor que o dos homens.

**Tabela 5 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo – Brasil – 2007/2014.**

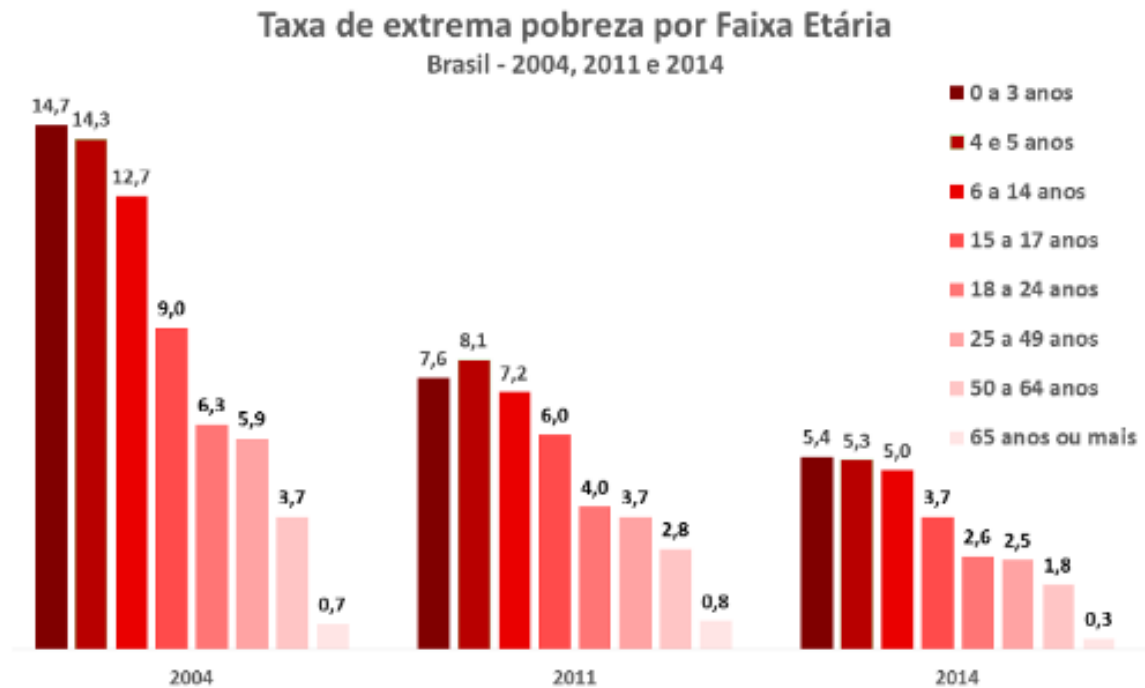
**Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo - Brasil - 2007/2014.**

Por sexo	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Total	9,3	9,2	8,9	7,9	8,0	7,9	7,7
Homens	9,6	9,4	9,1	8,1	8,3	8,2	8,0
Mulheres	9,0	9,0	8,8	7,7	7,7	7,6	7,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Se atina na tabela 5, entre os anos de 2007 e 2014, que a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais teve uma redução significativa para os percentuais indicados no qual também se nota as mulheres com um percentual menor que o dos homens, mas este percentual de analfabetismo ainda está elevado.

Figura 1 – Taxa de extrema pobreza por faixa etária.



Fonte: Portal Brasil (2016)

Na figura 1 se nota que entre os anos de 2004 e 2014, no Brasil, a taxa de extrema pobreza teve uma redução, em percentual, significativo em todas as faixas de idades, isto muito provavelmente devido ao aumento da taxa de escolaridade e da diminuição das taxas de analfabetismo no Brasil, incentivados de certa forma pelos programas sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que em um país como o Brasil onde a educação não é muito valorizada, que sempre existiu desde os primórdios de seu descobrimento, mas só entrou com força no cenário nacional nas últimas décadas com a imposição de leis para que a educação fosse vista como algo importante para os brasileiros.

Pelas pesquisas realizadas nota-se um avanço na escolarização dos indivíduos brasileiros, onde as taxas de anos de estudos das pessoas estão aumentadas e a taxa de analfabetismos das crianças está quase perto do fim, apenas as pessoas adultas ainda estão com uma taxa de analfabetismo próximo aos 10 percentuais.

Percebe-se um fato instigante em que as mulheres possuem mais tempo de estudos do que os homens e a taxa de analfabetismo entre as mulheres também se encontram menor, mas não há estudos que comprovem o porquê da diferença entre os gêneros.

Com o avanço da educação se pode notar que a pobreza e conseqüentemente a desigualdade social obtiveram um retrocesso favorável para o Brasil, mostrando que com a educação é possível mudar muitas coisas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, portal. **Um país menos desigual: pobreza extrema cai a 2,8% da população.** Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/11/um-pais-menos-desigual-pobreza-extrema-cai-a-2-8-da-populacao>> Acesso em: 30 ago. 2016.

CARVALHO, Daniel; CARNEIRO, Rafael; MARTINS, Helen Fernanda Alves; SARTORATO, Eduardo. **Pesquisa Bibliográfica.** Goiânia, 16 jun. 2004. Disponível em: <<http://pesquisabibliografica.blogspot.com.br>>. Acesso em 11 fev. 2016.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; FILHO, Antonio Euzébios. **Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora.** Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-98432005000200005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005)> Acesso em: 18 jul. 2016.

FREIRE, P. **Educação para a liberdade.** Porto: Escorpião, 1973.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** (9ª ed.). São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação** (7ed.) São Paulo: Cortez, 2003.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Unijuí, 2005.